



1 **APROVADA EM 27/07/2021.** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA
2 BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ, realizada no dia 15 de junho de 2021, terça-feira às 14h por videoconferência – gravação disponível, com a seguinte pauta: **1 - Aprovação das atas de 06/05/2012 e 19/05/2021; 2 - Definição dos pontos a serem abordados inicialmente nos temas PMSBs e Chorume; 3 - Definição se a CTSAM emitirá ou não um posicionamento sobre o PL 4272/ 2021; 4 - Assuntos gerais.** Marcos Basbaum iniciou a reunião às
3 14h12 sugerindo que fossem invertidos os itens 2 e 3 da pauta. Os presentes manifestaram concordância. **1 - Aprovação das atas de 06/05/2012 e 19/05/2021:** Marcos pontuou que verificou que a ata do dia 06/05 apresentava alguns erros de forma, enquanto a ata do dia 19/05 precisou de algumas alterações quanto ao sentido, tendo enviado as correções por e-mail. Renato Rocha pediu a inclusão de seu nome como participante das reuniões. Carolina realizou a projeção das atas e foram mostradas as correções realizadas. As atas foram aprovadas. **3 - Definição se a CTSAM emitirá ou não um posicionamento sobre o PL 4272/ 2021:** Marcos informou que realizou a leitura sugerida por Alexandre Braga e entendeu que o posicionamento deveria ser realizado pelo Comitê e que a CTSAM como CT poderia recomendar este posicionamento. Alexandre informou que o Plano de Saneamento de Niterói foi aprovado por lei, que considerava interessante a manifestação para apoio, que a primeira audiência pública seria realizada na terça seguinte, 22 de junho, às 19h, que gostaria que o grupo pudesse acompanhar esta audiência, e que entendia como um ponto importante que o Comitê emitisse manifestação na qualidade de órgão de estado, ainda que não houvesse consenso sobre esta afirmativa. Marcos pontuou que considerava o CBH-BG como um órgão de grande importância, e propôs a elaboração de texto com uma recomendação da Câmara Técnica ao comitê para apoio. José Miguel da Silva pontuou que entendia que o apoio à votação do Plano Municipal como lei já teria o apoio do CBH-BG, que inclusive já alocou recursos para esta iniciativa. Alexandre Braga colocou que seriam dois assuntos distintos: o primeiro seria um informe sobre a audiência pública para que o Plano fosse votado como lei e não somente decreto; o outro seria sobre o projeto de lei na assembleia legislativa. Marcos afirmou que já havia encaminhado o PDF para Carolina Martins por WhatsApp e solicitou a projeção do documento. Carolina realizou a projeção do documento recebido. Eloísa Torres falou que o assunto já estava sendo discutido no âmbito do CBH-BG, que acreditava ser interessante a possibilidade de se formalizar a solicitação de que os dados fossem abertos a sociedade civil e que achava importante ser inserida informação sobre o seu controle, aproveitando a oportunidade para apresentar algumas demandas do CBH-BG. Ela colocou que seria preciso existir um olhar crítico sobre como serão feitos os investimentos, complementando que o que está sendo decidido é se iriam emitir a manifestação ou não e que, apesar de não votar por ser convidada, gostaria de manifestar sua opinião. Elielson da Silva colocou que já manifestou apoio à PL, principalmente no que dizia respeito à Agenersa, pontuando que se preocupava com a questão do recurso e que se houver a oportunidade, seria interessante colocar esta observação ao pedido. José Miguel expressou que participou da audi-



43 ência pública do BNDES, e que de alguma forma o pedido de participação do comitê foi
44 atendido, pois Fórum Fluminense chegou a ter uma reunião sobre o assunto, entenden-
45 do ainda que esta participação acontecerá de alguma forma, que se alguma coisa será
46 feita, possivelmente o CERHI encaminhará moções sobre o que será importante levantar
47 sobre esta questão, que isto vem ocorrendo desde o arresto branco, quando se percebeu
48 a necessidade de se estar atento às ações do legislativo, que entende a necessidade de
49 se posicionar, mas que gostaria de olhar mais atentamente ao PL para que pudessem ser
50 feitas contribuições mais assertivas. Marcos colocou que dentro deste ponto estavam
51 sendo tratados de outros três assuntos, que era o PL propriamente, a colocação de Ale-
52 xandre sobre a participação no Plano de Saneamento de Niterói e da questão levantada
53 por Eloísa sobre a aplicação dos recursos e que fosse vista como prioridade sua aplica-
54 ção na área do saneamento e, que apesar de entender como importantes as discussões e
55 não querer desmerecê-las, informou que entendia que os dois últimos não faziam parte da
56 pauta e que a questão seria se a CT se manifestaria em apoio ao PL. Assim, o coordena-
57 dor colocou que estes assuntos poderiam ser tratados no item de assuntos gerais ou futu-
58 ramente serem incluídos como pauta de futuras reuniões, pois entendia que não haveria
59 avanço na discussão naquele momento. Frederico Menezes concordou com a fala de
60 Marcos, e complementou que entendia que deveria ser verificada de forma mais objetiva
61 o entendimento da CTSAM. Silvana Moreira colocou que não sabia se seria uma atribui-
62 ção da CTSAM esta manifestação, não entendendo se o CBH-BG teria este tipo de atua-
63 ção frente a um projeto de lei que trate de metas de saneamento e sua publicação, recor-
64 dando que uma das prioridades estabelecidas pela CT era a questão dos planos de sane-
65 amento. Eloísa afirmou que entende a relação dos assuntos, mas que talvez um posicio-
66 namento mais correto sobre a atuação da CT, coubesse à CTIL. Marcos solicitou que o
67 item fosse votado após a sua fala e apontou que considerava que a manifestação poderia
68 acontecer se o grupo composto por técnicos, entendesse desta forma e que a votação
69 seria exatamente sobre isto. Horácio Figueiredo colocou que considerava importante a
70 manifestação. Todos se manifestaram favoráveis à manifestação de apoio ao PL. **2 - De-**
71 **finição dos pontos a serem abordados inicialmente nos temas PMSBs e Chorume:**
72 Marcos informou que foram recebidos alguns documentos e que pelo que entendeu os
73 planos de saneamento, nos seus quatro pontos de abordagem, deveriam ser tratados no
74 âmbito da CT, que a sua maior parte priorizou somente dois destes quatro pontos, sendo
75 falha ou ausente os temas drenagem e resíduos, considerando ainda que poderia ser
76 elaborada uma metodologia com recomendações para as revisões e complementações
77 que os planos deverão ser submetidos em algum momento. José Miguel recordou que o
78 CBH-BG alocou recursos para planos de saneamento junto com o FECAM e com o apoio
79 do PSAM, que na época estava sob coordenação da Eloísa, seria mais fácil acompanhar,
80 hoje não havendo nenhum instrumento de acompanhamento disponível, a não ser o que é
81 divulgado pela imprensa, considerando ainda que o Comitê peca ao não acompanhar da
82 forma devida as ações. Eloísa recordou que planejamento é uma ação indelegável do
83 município, mas foram realizados Termos de Cooperação Técnica para acompanhamento
84 do que estava sendo realizado e que na época havia uma restrição a recebimento de re-

85 cursos para municípios que não possuíam Plano de Saneamento. Marcos agradeceu pe-
86 las falas, e em seguida questionou ao grupo quais seriam os pontos a serem atacados.
87 José Miguel recorda que a criação do GT Chorume aconteceu na Plenária do CBH-BG a
88 partir de denúncias do pescador Gilciney Gomes de Caxias sobre o despejo de chorume
89 no rio Sarapuí, que a bacia do rio Iguazu também recebe chorume, e que a solução atu-
90 almente utilizadas, seria levar o chorume para a ETE existente no local, que tal ação foi
91 questionada, e que a aproximação com o Ministério Público se deu para que este como
92 fiscal da lei verificasse se não existiria amparo legal para se levar chorume para ETE.
93 Miguel falou que a presidente eleita resolveu cancelar a reunião com Comitê e que enten-
94 deram que aquilo era uma orientação. O plano de trabalho foi baseado em visitas técni-
95 cas, mas isto foi modificado em virtude da pandemia. Nas visitas, somente a prefeitura de
96 Magé compareceu colocando que foram realizadas reuniões na sede do CBH-BG que
97 contaram com a participação dos promotores André Dickstein e José Alexandre Maximia-
98 no. José Miguel afirmou que fazer um relatório dos trabalhos do GT Chorume seria dife-
99 rente de realizar um relatório do que a secretaria executiva acompanhou, assim Amanda
100 Rodrigues só realizou um relatório de duas páginas, sendo que este relatório não fez jus
101 ao esforço que a sociedade civil teve, e que gostaria que o CBH-BG se aprofundasse no
102 tema e fizesse gestão junto aos seus membros, como a Prefeitura do Rio de Janeiro, re-
103 cordando que é mais caro tratar chorume do que realizar o seu descarte de modo ade-
104 quado, e que acreditava que o problema do chorume seria causado em virtude da omis-
105 são do INEA. Miguel manifestou ainda que acreditava que o trabalho do GT Chorume po-
106 deria ter tido um encaminhamento melhor se não tivesse sido encerrado. Miguel encerrou
107 sua fala afirmando que entende que há um grande problema sobre o lançamento de cho-
108 rume em corpo hídrico. Patrícia Ney de Montezuma recordou que na reunião de 02 de
109 junho, foi informado pelo IRM que os aterros sanitários serão extintos e que acredita que
110 seria interessante levantar informações sobre isto, levando o assunto a uma reunião, além
111 de solicitar que Eloísa e outros membros encaminhassem o material que possuíam, pois
112 seriam importantes para as análises na Câmara. Renato Rocha manifestou por escrito
113 que depois das falas do Miguel e Eloísa, não fica difícil de imaginar o porquê do projeto de
114 chorume não tenha avançado, uma vez que são os municípios os donos dos Programas,
115 afirmando ter acompanhado na mídia que Magé acabou de aprovar um aterro sanitário e
116 não viu ninguém discutindo a não ser a aprovação dos seus vereadores. Patrícia pediu
117 desculpas por não ouvir outras falas, mas informou que precisaria se ausentar. Marcos
118 concordou com os pontos levantados por Patrícia e que o que desdobramento que enten-
119 deu da fala de José Miguel, seria o agendamento de uma reunião com o Ministério Públi-
120 co para a conclusão do trabalho do GT Chorume de forma satisfatória. Frederico falou
121 que sentiu dúvida se seria o encerramento do trabalho ou a continuidade. Eloísa informou
122 que poderia disponibilizar o material que possuía da forma que fosse melhor ao grupo.
123 Alexandre questionou se existe realmente a necessidade legal se ter um Plano Municipal
124 de Gestão Integrada independente do de Saneamento, ou se entenderiam que esta ges-
125 tão integrada poderia ser um capítulo de um no plano de saneamento. Miguel falou que
126 gostaria que fosse feito um mapa sobre o passivo de chorume de cada município, que isto

127 deveria ser informado pelo INEA, mas que gostaria que fossem feitas as informações de
128 forma clara com os Planos Municipais, principalmente sua situação atual, acreditando que
129 estas informações vão ajudar na tomada de decisão. Miguel também recordou que seria
130 realizado um seminário internacional sobre o tratamento de chorume, que estava sendo
131 negociado com a Fiocruz para sediar, mas infelizmente não foi dado andamento em virtu-
132 de da pandemia. Miguel falou que a reunião com o MP seria para um fechamento das
133 ações, sugeriu que a técnica de comunicação pudesse tratar as informações, que mos-
134 trasse até que ponto foi possível caminhar, e qual o quadro atual, verificando se ainda
135 precisa que o Comitê ajude a arbitrar uma decisão. Luciana Rosário falou que acreditava
136 ser importante que seja feito um contato dos membros do GT Chorume para direcionar o
137 trabalho da profissional de comunicação. Elielson falou que há um problema em Tanguá
138 para tratamento do chorume e falou que nos municípios do Subcomitê Leste está haven-
139 do a discussão sobre o Plano de Gestão Integrado, pontuando que é um assunto comple-
140 xo e que isto será importante para uma solução conjunta. Frederico falou que estava con-
141 sultando a lei e observou que não há uma proibição sobre o tratamento na ETE. Frederico
142 questionou se haverá a continuidade do trabalho com outros temas relacionados a cho-
143 rume. Marcos falou que entendeu que a decisão será feita em conjunto com o MP, e que
144 posteriormente os membros do GT Chorume vão iniciar um novo momento ou dar um en-
145 cerramento, complementando o documento. **4 - Assuntos gerais:** Marcos falou sobre a
146 decisão de realização da reunião com IRM e Agenera a cada 3 meses, informando que
147 duas datas foram reservadas para reuniões ainda neste ano, as datas seriam 1 de se-
148 tembro e 1 de dezembro, pontuando que a Agenera tem se mostrado disponível, solici-
149 tando apenas o envio do convite de forma formal, enquanto o IRM não tem respondido às
150 tentativas de contato, sugerindo que quando as reuniões acontecerem, seja enviado o
151 convite para deixar aberto para participação deles. Marcos informou que não gostaria de
152 deixar a questão fechada, sendo dado o informe e deixado em aberto também no grupo
153 de whatsapp para discussões. Sobre a questão da manifestação a favor do PL, colocou
154 que faria uma minuta de texto e enviaria aos participantes da CT para análise.

155
156 Marcos Basbaum

157 **Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental**

158

159 Encaminhamentos:

160

- 161 1) Publicação das atas aprovadas com as considerações realizadas.
- 162 2) Realizar uma reunião com o Ministério Público para tratar conjuntamente do que
163 será realizado sobre trabalho do GT Chorume.
- 164 3) Realizar convite para a Agenera e IRM para as reuniões previstas para 1 de se-
165 tembro e 1 de dezembro.

166

167 **Participantes:**



168 Instituto Federal Fluminense – IFF – Elane Carvalho; Instituto de Estudos dos Direitos
169 Humanos e do Meio Ambiente – IEDHMA – Silvana Moreira; Associação de Moradores e
170 Amigos de Vargem Grande - AMAVAG – Renato Rocha; Rede de Empreendedores Soci-
171 ais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável - REDECCAP
172 – Rejany Santos; Conselho Comunitário da Região Oceânica – CCRON - Alexandre Bra-
173 ga; Conselho Regional de Biologia – CRBio – Marcos Basbaum; Fundação Rio Águas –
174 Patrícia Ney de Montezuma; Prefeitura de Tanguá - Elielson Teixeira da Silva; Companhia
175 Estadual de Águas de Esgoto – CEDAE – Frederico Menezes Coelho; Instituto Terrazul –
176 Eloísa Torres; SANEMAR - Horário Figueiredo; Associação Ecocidade – José Miguel da
177 Silva; Secretaria Executiva (Agevap): Carolina Martins, Luciana Rosário e Patrick Moraes.